

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.750.888 - SP (2020/0223476-3)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : BOMBONIERES PAMPA SOROCABA LTDA.
ADVOGADOS : PAULO HENRIQUE DE SOUZA FREITAS - SP102546
FRANCISCO BROMATI NETO - SP297205
ANA CAROLINA VERÍSSIMO CRAVEIRO - SP416257
PEDRO PAULO PESSOA MARIANO DOS SANTOS -
SP441310
AGRAVADO : MUNICIPIO DE VOTORANTIM
PROCURADOR : JOSÉ HENRIQUE LEITE SANTOS DA SILVA E OUTRO(S) -
SP233177

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por BOMBONIERES PAMPA SOROCABA LTDA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

TRIBUTÁRIO - AGRAVO DE INSTRUMENTO EXECUÇÃO FISCAL TAXAS DE LOCALIZAÇÃO, DE FUNCIONAMENTO, DE PUBLICIDADE, DE HORÁRIO ESPECIAL E DE EXPEDIENTE E MULTA DO ISS EXERCÍCIOS DE 2006 E 2007 MUNICÍPIO DE VOTORANTIM. Decisão que acolheu parcialmente a exceção de pré-executividade. Recurso interposto pela executada.

NULIDADE DE CDA DILAÇÃO PROBATÓRIA.

Impossibilidade - Discussão de vício na certidão da dívida ativa. Presunção de legitimidade e regularidade do ato administrativo. Precedente do C. Superior Tribunal de Justiça no sentido de ser necessária prova produzida pelo administrado para se afastar a exigibilidade da certidão de dívida ativa. Impossibilidade de dilação probatória em exceção de pré-executividade. Súmula 393 do C. Superior Tribunal de Justiça.

Decisão mantida Recurso desprovido.

Nas razões do recurso especial obstando na origem, alega violação do art. 2º, § 5º, III, da Lei 6.830/80 e 202, III, do CTN, no que concerne à nulidade das CDA's, trazendo o seguinte argumento:

Isso porque a forma em que os débitos foram inscritos na dívida ativa, os quais embasam a presente execução fiscal, impediram que a Recorrente apresentasse defesa correta sobre a verdadeira penalidade que lhe foi aplicada.

Caso as CDA's estivessem corretas, ou seja, sem vícios, a

Recorrente poderia ter apresentado os documentos comprobatórios, por exemplo, do correto cumprimento da legislação municipal ou apresentar suas contraprovas para desconstituição, o que não fez, pois a natureza do débito inscrito foi totalmente divergente.

[...]

Data venha, não se trata de mero erro material da natureza do crédito (inclusão de código municipal incorreto por exemplo), mas sim em constituição da dívida ativa baseada em crédito com natureza diversa da verdadeiramente lançada, o que corresponde a erro impossível de ser sanado, pois invalida todo o processo — Execução de débito inexistente (fls. 129/130).

É, no essencial, o relatório. Decido.

O Tribunal de origem assim decidiu:

No caso dos autos, o agravante alega nulidade da certidão de dívida ativa em razão da ausência de liquidez do título, o que ocasiona a extinção da execução fiscal.

Defende, também, que a fundamentação genérica da cobrança impede o exercício do direito de defesa pelo agravante.

Ocorre que a inscrição na dívida ativa e sua certificação são atos administrativos e, como tais, possuem presunção de legitimidade e de regularidade, conforme ensina Marçal Justen Filho ao comentar essa característica já consagrada do ato administrativo:

“[...] O conteúdo da presunção de legitimidade: o primeiro aspecto da presunção de legitimidade se relaciona com o conteúdo do ato administrativo. Presume-se que o conteúdo é compatível com o direito e que os fatos cuja ocorrência é afirmada efetivamente ocorreram.” (FILHO, Marçal Justen. Curso de Direito Administrativo. 9ª Ed. São Paulo: RT, p. 415) Especificamente sobre a presunção de legitimidade da CDA, assim já se manifestou o C. Superior Tribunal de Justiça:

Os atos administrativos gozam de presunção juris tantum de legitimidade (atributos do ato administrativo), o mesmo ocorrendo em relação à liquidez e certeza da Certidão de Dívida Ativa CDA, a qual somente pode ser afastada por prova em contrário a cargo do administrado [...] (REsp 527.634, 2ª Turma, Rel. Ministra Eliana Calmon, julgamento em 14/03/2007, DJ 09/04/2007, v. u.) Como se vê, a discussão sobre eventuais vícios na CDA demanda dilação probatória, motivo pelo qual não pode ser debatida na estreita via da exceção de pré- executividade. Cabe consignar, entretanto, que a matéria poderá ser discutida por meio de embargos à execução fiscal (fls. 119-120).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que o

Superior Tribunal de Justiça

acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)”. (AgRg no REsp 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 7/3/2019.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.679.153/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 1/9/2020; AgInt no REsp 1.846.908/RJ, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 31/8/2020; AgInt no AREsp 1.581.363/RN, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 21/8/2020; e AgInt nos EDcl no REsp 1.848.786/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 3/8/2020.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente